

KM 28

OS DESAFIOS DE UMA COMUNIDADE

Cristiane Carvalho de Oliveira

Dyego Rafael Barbosa Sérvolo

Fabio Gomes

Helder Gomes dos Santos

Marcelo Simões da Silva

Mônica Helena Souza Gomes

KM 28

OS DESAFIOS DE UMA COMUNIDADE

Cristiane Carvalho de Oliveira

Dyego Rafael Barbosa Sérvolo

Fabio Gomes

Helder Gomes dos Santos

Marcelo Simões da Silva

Mônica Helena Souza Gomes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola Waldemar Rossi para encerramento da
Extensão em Fé e Política pela Universidade Federal
de São Paulo, sob orientação do Profº ...

SÃO PAULO
2013
RESUMO

Este trabalho, intitulado como “Tecendo Redes - O Fórum Social da Cidade Ademar e Pedreira como espaço de formação e fortalecimento do local”, tem por objetivo refletir as ações do Fórum Social da Cidade Ademar e Pedreira e traçar alternativas para a ampliação do público participante, dos atores locais, considerando sua atuação enquanto organização pautada nas redes comunitárias, na região da Cidade Ademar e Pedreira, localizada na Zona Sul da Cidade de São Paulo, como um dos recursos junto às práticas adotadas, em direção ao desenvolvimento local. Região que cresceu, mas que não teve os índices de desenvolvimento compatíveis, caracterizando o Fórum, mesmo a partir de sua jovem atuação, dotada de marcos representativos na região, como um dos instrumentos articuladores das ações, planejadas de forma coletiva. O procedimento metodológico adotado é o de pesquisa-ação, onde a pesquisa está a serviço da ação, a partir da perspectiva qualitativa, dentre os principais autores para realização deste estudo, destacamos Whitaker, Dowbor e Dionne. Considera-se fundamental a legitimação dessa e de outras formas de participação cidadã para propagação desses espaços de diálogo e proposições acerca de melhorias comuns às comunidades.

Palavras chaves: Fórum Social da Cidade Ademar e Pedreira. Redes comunitárias. Atores locais. Desenvolvimento local. Participação cidadã.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	14
1. DESENVOLVIMENTO LOCAL E REDES	14
1.1. Desenvolvimento: Interface entre as esferas: Econômica e Social	15
1.2. Desenvolvimento e Poder Local	19
1.2.1. Capital Humano	22
1.2.2. Capital Social	23
1.3. Desenvolvimento de Comunidade	25
1.4. A organização em rede	27
1.5. Desenvolvimento: Práticas Populares e o Setor Público	32
CAPÍTULO 2	39
2. OCUPAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA	39
2.1. A Cidade Ademar de Outrora	39
2.2. A Pedreira de ontem ... E hoje!	40
2.3. Apresentando o perfil populacional	41
2.4. Histórico Social – Lutas passadas e conquistas presentes	42
2.5. O Fórum – Ação Mediadora	59
2.5.1. Partindo da realidade do Fórum hoje!	59

INTRODUÇÃO

Jesus Cristo Pastor, Mestre e Sumo Pontífice da Igreja, inteiramente devoto à glória do Pai e voltado para a salvação e a vida da humanidade.

A Igreja corpo missionário de Cristo e testemunha do Reino de Deus, atenta e fiel à sua vocação e missão, sente-se enviada a esta cidade para lhe anunciar a Boa Nova com palavras e com a vida.

Toda ação eclesial brota de Jesus Cristo e se volta para ele e para o Reino do Pai. Jesus Cristo é nossa razão de ser, origem de nosso agir, motivo de nosso pensar e sentir. Nele, com ele e a partir dele mergulhamos no mistério trinitário, construindo nossa vida pessoal e comunitária.

Toda ação pastoral não pode dispensar ou dar por suposto o encontro com Jesus Cristo, sem correr o risco de agir em vão, ou de construir sobre o vazio. Assim, toda ação pastoral deve ter como ponto de partida e meta o encontro com Jesus Cristo vivo e ressuscitado.

É ele que nos procura pessoalmente para uma vida de amizade e comunhão conosco. É sempre Cristo que convida e por isso dá o primeiro passo. À pessoa humana sempre cabe a liberdade de aceitar ou recusar, acolher ou rejeitar a graça que o Senhor lhe concede.

Jesus Cristo é incessante e eterna entrega, dom de si para o outro. O encontro com Jesus é acolhimento da graça do Pai que, pela força do Espírito, revela o Salvador e atua no coração de cada pessoa, possibilitando-lhe esta resposta.

A vida de Jesus Cristo foi um contínuo serviço e entrega pela humanidade. Assim também o serviço e a gratuidade devem ser a marca da vida dos cristãos, discípulos missionários, em todos os tempos. A partir de Cristo compreendemos a fraternidade que nos une: todos somos irmãos! A diferença do outro não pode ser motivo para afastar, mas para unir. O diferente torna-se sempre apelo ao encontro, ao diálogo, à partilha e ao intercâmbio de vida e solidariedade. A vida só se ganha na entrega, na doação. Quem perder a sua vida, por causa de mim, a encontrará (Mt 10,39).

A existência de Jesus Cristo é graça. A sua lógica é a do gratuito. É a lógica do samaritano que ultrapassa todos os limites e medidas quando precisa socorrer aquele que está

abandonado à beira do caminho. Gratuidade e serviço são, portanto, modos de compreender o que há de mais decisivo em Jesus Cristo: a saída de si, rumo a humanidade marcada pelo pecado, fonte de dor e morte. Jesus nos mostrou que não se vence o mal com o mal.

Particularmente as novas gerações têm a necessidade de serem introduzidas na Palavra de Deus através do encontro e do testemunho autêntico do adulto, da influência positiva dos amigos e da grande companhia que é a comunidade eclesial (*Verbum Domini*, n.96-97).

'A dimensão comunitária é intrínseca ao mistério e à realidade da Igreja, que deve refletir a Santíssima Trindade (DAP 304). Sem vida em comunidade, não há como viver efetivamente a proposta cristã, isto é, o Reino de Deus. A comunidade acolhe, forma e transforma, envia em missão, restaura, celebra, adverte e sustenta (DGAE2011-2015, n.56).

Ao longo de uma história de solidariedade e compromisso com as incontáveis vítimas das inúmeras formas de destruição da vida, a Igreja se reconhece servidora do Deus da vida.

Todos sonhamos com um mundo justo, uma sociedade inspirada nos princípios da verdade e da paz. Pois esse mundo feliz e bom somos nós mesmos que construímos. Nós cristãos, além do dever-cidadão, temos um compromisso a mais: é a fé que nos convoca a prestar a nossa colaboração. Inspira-nos a palavra do Papa Bento XVI ao afirmar que a sociedade justa, sonhada por todos, “deve ser realizada pela política” e que a Igreja “não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça” (Deus Caritas Est 28).

A educação para a cidadania é processo permanente. Para o cristão, participar da vida política do município e do país é viver o mandamento da caridade como real serviço aos irmãos, conforme disse o Papa Paulo VI “A política é uma maneira exigente de viver o compromisso cristão ao serviço dos outros” (Octogesima Adveniens, 46). Só assim, seremos “fermento que leveda toda a massa” (GL 5,9).

Jesus se destaca por acreditar que, mesmo diante da pior situação de opressão a acometer a humanidade, ainda há uma alternativa a ser tentada.

Os autores deste trabalho participam de Pastorais e Movimentos na Região Episcopal Belém como: Pastoral da Juventude, Pastoral da Ecologia, Pastoral da Criança, Pastoral Fé e Política, CARITAS, Grupos de rua e de moradia.

Em detrimento do encontro com Subprefeitos realizado pela Escola de Fé e Política Waldemar Rossi foi lembrado pelos Padres Júlio Lancelloti e Claudio a região localizada no

km 28 da Av. Sapopemba da Zona Leste da Cidade de São Paulo, Conjunto Pró Morar Rio Claro que atualmente está esquecida pelo poder público e necessitada de serviços públicos básicos para atender toda comunidade ali existente, para tanto buscaremos aprofundar um pouco mais o conhecimento sobre esta região. Cabe ressaltar que o território que abrange a área deste estudo será o distrito de São Rafael, que possui elevado contingente populacional e que somatiza números preocupantes diante do ranking da desigualdade social e oportunidades em geral, se comparada aos índices de outras regiões da Cidade de São Paulo, no que diz respeito à cultura, lazer, educação básica, defasagem idade/ série (ensino fundamental), analfabetismo e desemprego¹. Cabe para tanto, somar forças e saberes no enfrentamento das questões postas.

¹ Dados divulgados pelo portal do então Movimento Nossa São Paulo, através do Observatório Cidadão, em 2008.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Histórico de São Mateus

A história de São Mateus remonta ao século XIX. Mais precisamente ao ano de 1.842, época em que existia uma fazenda de propriedade de João Francisco Rocha, onde se criavam cavalos, carneiros e bois. Posteriormente, a fazenda foi adquirida por Antônio Cardoso de Siqueira, que optou por dividi-la em 5 (cinco) glebas.

Já no século XX, na década de 40, tudo não passava de uma grande fazenda: a Fazenda Rio das Pedras. Em 1.946, uma gleba de 50 alqueires de terras foi vendida à Família Bei (Mateo e Salvador Bei), dando origem a fazenda São Mateus. Dois anos depois da aquisição das terras, em 1948, Mateo Bei, o patriarca da família, decide lotear a área e vende os primeiros lotes com total sucesso, surgindo dessa iniciativa o bairro de São Mateus. Para personalizar a importância dela, foi celebrada a primeira missa em ação de graças, no dia 8 de Dezembro do mesmo ano, pelo bispo Dom Antônio de Macedo.

"Cidade São Mateus" foi o nome escolhido por Salvador Bei, em homenagem ao pai, Mateo Bei, que mais tarde teve seu nome dado, também, à primeira avenida do bairro (atualmente, o principal ponto de referência do bairro). O termo cidade foi empregado porque todos da Família Bei tinha convicção de que o bairro um dia se transformaria em uma grande cidade.

Nildo Gregório da Silva, já falecido, foi quem iniciou o trabalho de abertura das ruas em 16 de Dezembro de 1946, às 7 horas da manhã. Foi puxando burros, que ele, então, dava à abertura da Avenida Mateo Bei, exatamente no marco "zero", na Avenida Caguaçu, mais tarde Avenida Rio das Pedras.

Em meio às recordações, Nildo Gregório da Silva, funcionário de uma empresa e responsável pela terraplanagem da Avenida, conta como tudo aconteceu: "Naquela época, eu morava em São Miguel Paulista e a minha empresa foi contratada por Mateo Bei para fazer o serviço. Não medimos esforços e sob o sol que despontava, demos início às obras, num clima de euforia e dedicação."

Mas Nildo continuava residindo em São Miguel. Para chegar em São Mateus às 8 horas, tinha que sair de casa às 3 horas da madrugada, tomar três conduções e ainda andar cerca de 12 quilômetros a pé até o Largo Carrão para pegar outro ônibus. Essa via-sacra durou três anos, quando apareceu um pau-de-arara, muito comum na época, fazendo lotação. Ele trabalhou durante anos na abertura das ruas e, em pouco tempo, assumiu a identidade de um defensor do bairro.

Foi Nildo Gregório da Silva quem fundou em 1952, a Associação Divulgadora "A Voz da Colina", um instrumento para as reivindicações de melhorias da região em diversos setores: transportes, educação, saúde e lazer. "Entra no ar a nossa divulgadora A Voz da Colina, uma voz amiga que cruza os céus de Piratininga". Esse prefixo ficou na história de São Mateus.

Mateo Bei foi, também, um lutador incansável que dedicou-se à formação cultural e sócio-econômica de São Mateus. Foram muitos anos de perseverança e fé. E, em agradecimento a tudo que fez por São Mateus, seu nome foi dado a uma praça, situada no início da avenida Mateo Bei.

Vindo a velhice, seus descendentes continuaram a trilhar pelo caminho que lhes ensinara o tenaz batalhador, da propriedade que a todos honra. Algum tempo depois os filhos e o genro adquiriram para mais de um milhão de metros quadrados, na antiga "Fazenda do Oratório" em homenagem ao respeito e às lições deixadas pelo ente querido; lotearam-na, fazendo da gleba uma verdadeira comunidade - que culminou em mais do que isso: um bairro-cidade.

Deixando um legado de lutas e conquistas como herança aos familiares e aos moradores de São Mateus, Mateo Bei faleceu em 11 de maio de 1956.

A EXPANSÃO

Esforço e dedicação sempre estiveram presentes na História da Cidade de São Mateus. Um bairro que nasceu e cresceu através das lutas populares. Aqui, pessoas de credos, raças e tendências políticas, das mais diversas, se reuniram num só objetivo: Transformar este lugar da Zona Leste da Capital num bairro de fato.

Assim, era chegada a hora do comércio ocupar seu espaço e dar um novo impulso ao recente bairro. O primeiro ponto comercial do bairro surgiu em 1949, o Empório do Eustáquio, seguido pelo Empório do Maninho no ano seguinte.

Os lotes da Avenida Mateo Bei valorizavam a cada dia (o valor de um lote de 350 m² custava 7.500 cruzeiros) e a solidariedade foi o fator básico para o crescimento de São Mateus. A Loteadora Bei Filho doava 500 telhas e dois mil tijolos aos novos proprietários (material este transportado das olarias em carros-de-boi), que, através de mutirões, levantavam suas casas.

Tudo era muito difícil naquela época, principalmente o transporte. Como não havia empregos no bairro, os moradores tinham de se deslocar para o centro ou então para os outros bairros. No início a Jardineira do Manoel, ou pau de arara, era o único meio de transporte e levava os moradores até o Largo do Carrão.

Em 1950 dois ônibus começaram a fazer o itinerário até a avenida João XXIII. O percurso era longo e as ruas cheias de buracos e poeira. Os passageiros tinham que dividir o espaço com galinhas e outros animais, além das tranqueiras que eram transportadas. Em dias de chuva, era impossível realizar todo o percurso, sendo necessário várias baldeações.

Foi somente em 1952 que a primeira linha de ônibus coletivo passou a funcionar (através da Empresa Cometa) indo até a Avenida Sapopemba. Depois veio a empresa de ônibus Vila Carrão. Outras empresas se instalaram no bairro nas décadas de 70 e 80, contudo, até os dias de hoje o transporte é um dos principais problemas do bairro.

Foi na década de 50 que os moradores se organizaram para pedir melhorias. Primeiro pediram escolas, iluminação e transporte. Depois, a luta foi pela implantação do asfalto, redes de água e esgoto, iluminação pública e outros serviços, como delegacias e agência dos Correios.

A construção de uma escola para São Mateus foi uma luta árdua dos moradores, pois a escola mais próxima distanciava sete quilômetros, entre Vila Nova Iorque e Vila Antonieta. A maioria das crianças ia a pé, porque não dispunha de dinheiro para pegar condução. Segundo constam os historiadores, em 1952, o estupro de uma criança de dez anos foi à gota d'água para que outra luta começasse. Somente em 1955, a Secretaria da Educação e Cultura construiu um galpão de madeira. Era a primeira escola de São Mateus que nascia. qual o nome dela?

Os problemas cresciam e a comunidade teria que ser mais rápida. Outro fato que merece registro diz respeito à fundação da paróquia - da Igreja Católica qual? - que data de 1958.

Bairro que tem uma história de lutas: São Mateus tem a oferecer a seus moradores uma perspectiva de desenvolvimento que foge à estagnação econômica e ao pessimismo de alguns. São Mateus, até pelos exemplos de seu fundador Mateo Bei, não tem decepcionado aos que aqui investem - os que lutam em seu dia-a-dia, com perseverança e dinamismo, estão aí, no comércio, nos negócios e na vida cotidiana, colhendo os frutos.

Hoje São Mateus tem praticamente tudo: bancos, comércio diversificado, indústrias e setores de prestação de serviços. Recentemente, a briga foi pela implantação de um Cartório de Registro Civil, vitória esta conquistada com sua inauguração em 05/06/2000. Agora, a comunidade se esforça para organizar um movimento pela implantação de um Fórum, mais uma luta em prol do desenvolvimento.

O DISTRITO DE SÃO RAFAEL

O Parque São Rafael é o principal e mais antigo bairro do distrito de São Rafael, no extremo sudeste da cidade de São Paulo. Faz divisa com vários bairros menores do distrito como Jardim Buriti, Jardim Rodolfo Pirani, Vila Esther (ou Jardim Esther), Jardim Vera Cruz, Jardim Santa Adélia, Jardim Valquíria e também com o município de Mauá.

O bairro dista cerca de 25 quilômetros da praça da Sé, marco-zero da cidade e apenas oito quilômetros do centro da cidade de Santo André.

A ocupação do bairro começou ainda na década de 1960, quando amplas áreas foram loteadas em terrenos menores e vendidos sobretudo para famílias de trabalhadores que migravam de outras regiões do estado de São Paulo e de outros estados do Brasil para trabalhar nas indústrias da Região do Grande ABC Paulista num período de grande desenvolvimento econômico, dando ao Bairro características de classe-média e média-baixa.

No início dos anos 70 uma grande favela foi instalada pela prefeitura na divisa do Parque São Rafael com o Jardim Vera Cruz. Neste local, a administração municipal assentou moradores oriundos da Favela Vergueiro, que foi desocupada e mais tarde transformou-se na Chácara Klabin, bairro de alto padrão na Zona Sul de São Paulo, próximo à Vila Mariana.

Em 2004, de acordo com dados da Fundação Seade, o distrito de São Rafael (do qual o bairro Parque São Rafael é o mais populoso) possuía cerca de 136 mil habitantes. Entre 1991 e 2004 apresentou uma taxa média de crescimento populacional de 3,3% ao ano, uma das mais elevadas da Capital neste período. Tal crescimento deu-se sobretudo pela intensa ocupação das regiões limítrofes do distrito nos anos 90 por famílias de baixa renda, tanto aquelas que passaram a ocupar ilegalmente os terrenos, quanto aquelas que foram instaladas em conjuntos habitacionais construídos pelo poder municipal e estadual de São Paulo.

SÃO RAFAEL E SUAS PECULIARIDADES

O distrito de São Rafael é um dos três distritos que formam a Subprefeitura de São Mateus, na Zona Leste de São Paulo Bairro com comércio mais forte da região, é cortado pela avenida Baronesa de Muritiba. Nela e no seu entorno se concentra praticamente todo o comércio e serviços: supermercados, padarias, casa lotérica, drogarias, lojas, serviços diversos além de escolas públicas e particulares.

Todavia, o bairro não conta com agências bancárias e dos Correios, fazendo com que as pessoas tenham que enfrentar longas filas para realizarem pagamentos nas casas lotéricas e em alguns estabelecimentos comerciais ou tenham que se deslocar para São Mateus ou Santo André (Parque das Nações ou Centro) para pagarem contas e utilizarem serviços postais.

Embora a denominação das ruas tenha sido regularizada há décadas ainda hoje os moradores costumam se referir aos logradouros pelos números atribuídos no início do loteamento, como “Rua 1”, “Rua 14”, “Rua 56” etc.

Por ser um bairro mais antigo e consolidado possui uma ocupação característica de classe média e média-baixa, com muitas casas e sobrados amplos, com quintais e em terrenos de mais de 100m². Muitas ruas são ocupadas apenas por residenciais e possuem alguma arborização, embora o Bairro careça de mais áreas verdes.

O bairro possui uma topografia plana em sua maior parte, mas muitas famílias vivem em áreas de risco que se situam na beira de córregos.

O FOMENTO À PARTICIPAÇÃO LOCAL

A participação compreendida como fase do processo decisório (no que tange a participação da sociedade na formulação e gestão das políticas públicas), ainda é considerada um tanto jovem na atual conjuntura (datada a partir da Constituição Federal de 1988), ainda desse ponto de vista, a inclusão de novos atores e a representação de outros, por vezes, se restringe ao momento eleitoral, onde a responsabilidade é totalmente depositada em terceiros, cujas “atribuições” são desconhecidas. Os espaços de diálogo são construídos através de novos atores e a estabilidade de outros já atuantes, que contribuem de forma recíproca para este processo.

Os conselhos gestores, os conselhos da cidade ou conselhos de representantes distritais, os fóruns metropolitanos ou interestaduais, as câmaras distritais, regionais, etc., são exemplos das novas formas de participação. Elas pressupõem a existência de uma nova cultura política que fundamente as relações Estado/ sociedade; relações democráticas em que o debate via argumentação e o confronto ou idéias entre diferentes atores sociopolíticos e culturais, com posições político-ideológicas e projetos sociais, estejam sempre presentes. (GOHN, 2001 apud SANTOS JR. et. al, 2004, p. 59b)

Conforme ressalta Souza (1987), “quanto maior a fragmentação da população, menor é sua força social e maior também a sua dependência e submissão”, daí a importância da participação popular nos assuntos de interesse coletivo, projetando a execução de ações diversas e de políticas específicas ao retrato fiel da realidade da maioria. Sem contudo, desconsiderar a importância da ação do poder público, levando em consideração todo o conjunto de relações da sociedade, seja de caráter econômico, político e/ou cultural, para cumprimento e garantia dos direitos resguardados constitucionalmente.

A partir do esfacelamento da ação do Estado, o território assume um papel essencial defendidas pelo autor Dowbor (2006), como iniciativas locais que aproximam “a decisão do espaço onde o cidadão pode efetivamente participar”. Dessa forma, o autor caracteriza o desenvolvimento como algo que é feito, não esperado.

A participação popular vem como possibilidade de resposta aos desafios impostos pela questão social, e é a partir do controle realizado por esta mesma população que a percepção das contradições se tornará visível.

Não existem modelos prefixados para o avançar do processo de desenvolvimento, uma vez que as condições próprias de cada contexto, supõem também condições próprias para seu avançar. Em toda e qualquer situação, entretanto, o desenvolvimento supõe que todo e qualquer cidadão se encontra em condições de pensar, decidir e agir sobre a sua realidade social, sobre o seu destino. (SOUZA, 1987, p. 77)

O desenvolvimento, visto como direito, é possibilitado pelo convívio com o outro e através do conhecimento adquirido sobre a realidade onde estamos inseridos, pautando, dessa forma, nossas relações na troca favorecida pelos diferentes ambientes nos quais estamos inseridos, e pelas oportunidades de escolha contidas nos mesmos espaços.

(...) desenvolvimento social é a mobilização e dinamização de condições de educação, saúde, lazer e serviços sociais em geral, de modo a dotar a população de condições básicas de inserção no processo de desenvolvimento econômico. (SOUZA, 1987, p. 75a)

Assim, o desenvolvimento passa a ser representado por mudanças qualitativas junto à situação desejada para a sociedade, mudanças essas que podem contar com o processo de participação como facilitador, fator analisado como necessidade humana.

A participação é requisito de realização do próprio ser humano (...) O desenvolvimento social do homem requer participação nas definições e decisões da vida social. É neste sentido que o resgate desse processo precisa ser trabalhado. (SOUZA, 1987, p. 83a)

A história do desenvolvimento local no Brasil é constituída a partir dos movimentos religiosos de base, com forte tendência política de grupos esquerda, formados por cidadãos

descontentes com o formato e grau de abrangência das políticas estatais, ou ainda militantes da Teologia da Libertação ligados à Igreja Católica, que conquistaram maior evidência em meio à década de 60. Ao contrário do que se pode imaginar, o processo de participação não ocorreu de forma espontânea, para tanto, cabe considerar a contribuição da história (ação provocada) por três grandes grupos de atores (entre as décadas de 70/80 e 90), citada por Gohn (2001 apud Santos Jr. et. al, 2004, p. 60), que são representados pelas mulheres, com relação a participação significativa e a sensibilidade às demandas diversas; a Igreja, atuando por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), voltada ao trabalho de base; e as Organizações Não-Governamentais (ONG's), que contribuem na elaboração de projetos sociais, como modo de auxiliar às ações encabeçadas pelos movimentos sociais.

(...) já havia uma herança anterior acumulada de experiências de participação, advinda do campo democrático, em particular aquelas desenvolvidas pelos movimentos sociais e pelas organizações de assessoria a esses movimentos (GOHN 2001 apud SANTOS JR. et. al, 2004, p. 60a)

O poder local passa por uma resignificação ainda no século XXI, diante da expectativa gerada pela globalização, tanto no aspecto econômico quanto no cultural, com isso novas formas de participação política foram criadas, a partir da sociedade civil organizada (vista como utopia) e da conquista da redemocratização no país.

O poder local foi redefinido como sinônimo de força social organizada, enquanto forma de participação da população, na direção do que tem sido denominado empowerment ou “empoderamento” da comunidade, isto é, a capacidade de gerar processos de desenvolvimento auto-sustentável, com a mediação de agentes externos – novos educadores principalmente das ONG's do terceiros setor. O novo processo ocorre, predominantemente, nas novas redes societárias, sem articulações políticas mais amplas com formas tradicionais de organização. (GOHN, 2001 apud SANTOS JR. et. al, 2004, p. 63)

Analisando a importância das relações junto às primeiras comunidades a que temos acesso, o autor Rogério Costa (2005), aprofunda essa reflexão desde a questão do convívio familiar, adentrando o universo das relações externas a este meio.

A capacidade de interação dos indivíduos, seu potencial para interagir com os que estão a sua volta, com seus parentes, amigos, colegas de trabalho, mas também com os que estão distantes e que podem ser acessados remotamente. Capital social significaria aqui a capacidade de os indivíduos produzirem suas próprias redes, suas comunidades pessoais. (COSTA, 2005 apud GUARÁ, 2009, p. 05a)

Nisbet (1970 apud Baptista, 1979) que, afirma que o termo comunidade compreende não apenas a comunidade local, mas as relações que se estabelecem com certo grau de intimidade.

Visão complementada pela afirmação de Ander Egg (1965 apud Baptista, 1979), onde a comunidade é tida como uma unidade social cujos membros participam de alguma ação de interesse ou função comum, com consciência de pertença local, através da inter-relação das pessoas envolvidas de forma plural, situados numa determinada área geográfica.

PROGRAMA DE METAS 2013-2016 PRESENTADO PELA PMSP

O fio condutor do presente Programa de Metas foi à constatação de que os mais de 11 milhões de paulistanos convivem com uma realidade profundamente desigual e desequilibrada, resultado não apenas do baixo investimento na cidade, mas principalmente de um longo processo de formação histórica no qual a maioria dos governos municipais atuou sem o uso de mecanismos de planejamento.

Os investimentos se realizaram de maneira desordenada e com pouca articulação entre os diversos entes e secretarias da própria prefeitura. As ações ficaram sobrepostas em alguns espaços, enquanto outros continuavam abandonados. E os planos de superação das desigualdades perderam-se ao longo do tempo, amarelados nas gavetas da burocracia e da ineficiência. O crescimento explosivo de São Paulo e sua transformação, em poucas décadas, na estonteante megalópole que conhecemos foi um processo que acabou por ocorrer com pouquíssima participação do poder público, produzindo os resultados perversos que todos conhecemos.

Dada a necessidade de organização territorial e de resposta e reação da sociedade ao contexto social e econômico, tornando objetivos antes individuais, em ações organizadas coletivamente, partindo de grupos ou pessoas ativas num determinado local, desse modo, a troca de experiências torna-se fundamental. Pautado a partir do entendimento acerca do Desenvolvimento Local, processo realizado por meio da perspectiva da transformação, de forma planejada coletivamente, que defende a efetiva participação dos atores locais, de modo que sintam-se integrantes desta movimentação.

Desta forma, a participação passa a ser considerada, através da relevância do questionamento da visão de mundo e do modo como essa comunidade observa o seu crescimento, possibilitando um caminho a ser percorrido, de forma o mais democrática e horizontal possível.

Assim, logo que os comunitários identificam necessidades, tais como melhoria nos equipamentos urbanos ou melhores condições de vida, passam a se interessar por elas. Volta-se para o seu conhecimento. O estudo preliminar da comunidade, feito com os comunitários,

possibilita o conhecimento da realidade da comunidade e, por conseqüência, das situações-sociais-problema. Nessa circunstância, deverá ocorrer o interesse por essas dificuldades. (BRAVO, 1983, p. 31)

O Programa de Metas 2013-2016 dá um passo no sentido de mudar essa história. Além de apresentar os principais compromissos de gestão com a construção e melhoria de equipamentos e serviços públicos, o Programa propõe que estes se realizem de acordo com uma estratégia de ação territorial para a cidade de São Paulo, coordenada de maneira transversal pelo conjunto das unidades que compõem a prefeitura. Na metodologia utilizada para a construção do Programa de Metas 2013-2016, as metas referem-se aos produtos concretos que a Prefeitura pretende entregar à população ao longo dos próximos quatro anos de gestão.

(...) é na esfera local que se apresentam muitas novidades na atualidade, tanto na área política da gestão pública com os processos de descentralização e inovações de várias ordens, como na área do social, com o surgimento de inúmeras novas formas de associativismo atuando em redes, com projetos pioneiros e criativos, realizando trabalhos em parceria com vários atores sociais, inclusive com o poder público. (GOHN, 2001 apud SANTOS JR. et. al, 2004, p. 62)

Tais metas foram selecionadas a partir de um diagnóstico em torno dos objetivos estratégicos aos quais elas se relacionam, levando em consideração o benefício efetivo esperado da implementação desses equipamentos e serviços ao munícipe. Portanto, como já adiantado, enquanto verdadeira ferramenta de planejamento público, o Programa de Metas 2013-2016 vai além de listar os compromissos prioritários, mas os organiza segundo seus efeitos esperados ao longo do território e em relação à consecução de um determinado objetivo estratégico.

A partir dos dados obtidos por meio do Observatório Cidadão, realizado pela Rede Nossa São Paulo em 2012, é possível compreender algumas das principais demandas da região e ressaltar a necessidade da intervenção pública na região. Ao que tange a parte cultural, são inexistentes equipamentos culturais, acervo de livros por habitante, cinemas, pontos de cultura e teatros. Com relação a inclusão digital (telecentros) e a geração de trabalho e renda, há uma baixa oferta na região. Os indicadores de referência para a educação evidenciam dados alarmantes, a partir da análise de reprovação e distorção idade/ série no

ensino médio, a defasagem diante da idade ideal para o curso do período letivo, do índice de desenvolvimento da educação básica na rede pública, entre outros. Há que se destacar ainda, a situação da precariedade junto a política de saúde na região, que somatiza números insuficientes de leitos hospitalares por habitante, alta mortalidade por causas externas ou mal definidas, e um grande índice de adolescentes grávidas.

Assim, as 100 metas do Programa de Metas 2013-2016 estão agrupadas segundo três eixos temáticos que se desdobram em 21 objetivos estratégicos. Além disso, as metas se distribuem no território segundo um modelo de desenvolvimento urbano proposto em 5 articulações territoriais. As análises e os resultados previstos no Programa de Metas 2013-2016 foram apresentados à população em audiências públicas que ocorreram ao longo do mês de abril em toda a cidade de São Paulo.

A população pode conhecer os detalhes das ações previstas para a sua região e contribuir para o aperfeiçoamento das estratégias propostas. A versão final do Programa de Metas 2013-2016 divulgada após as consultas públicas deverá passar periodicamente por um processo de repactuação participativa, de modo a garantir transparência e efetividade ao planejamento público. Nosso horizonte é o de permitir uma análise coletiva da dimensão estratégica do planejamento, revisando não apenas as metas propostas, mas a evolução dos objetivos e indicadores a elas associadas.

Entendemos que planejar significa compreender que a ação de hoje é definitiva para o resultado de amanhã e que uma cidade menos desigual depende de iniciativas coordenadas e conscientes a respeito de seus objetivos para o futuro. Mais do que uma lista de compromissos, o Programa de Metas 2013-2016 é um convite para que juntos a Prefeitura e os moradores de São Paulo possam dar início à implementação de uma política de planejamento participativo e territorialidade, rumo à construção da cidade que realmente queremos.

METODOLOGIA

Esforço e dedicação sempre estiveram presentes na História da Cidade de São Mateus. Um bairro que nasceu e cresceu através das lutas populares. Aqui, pessoas de credos, raças e tendências políticas, das mais diversas, se reuniram num só objetivo: Transformar este lugar da Zona Leste da Capital num bairro de fato. Para a realização dessa pesquisa, objetiva-se o estudo e mapeamento da região do Km 28 da Av. Sapopemba, Conjunto Pró Morar Rio Claro, na Cidade de São Paulo e elaboração de um plano de ações que contemplem as principais demandas apontadas pelos moradores da região.

O levantamento dos dados da região do Km 28 que se encontra no Distrito de São Rafael foi realizado através de estudos locais, pesquisa de campo, busca de relatos e histórico do território, sendo que parte dessas informações foram, ainda, coletadas *in loco*, juntamente com as principais lideranças desta região, por meio desses contatos, algumas metas se tornam evidentes para atendimento da comunidade, que requer inclusive, a atuação do Poder Público, representado pela Subprefeitura de São Mateus. Entre as demandas apontadas, destacam-se, a proposição de Políticas Públicas nas áreas de esporte, lazer e cultura, educação, transporte, saúde, segurança, habitação e outros, com foco em crianças, adolescentes e jovens; E a necessidade da participação de moradores e lideranças nas Audiências Públicas e debates com a finalidade de apresentar um plano de melhorias para a região que possa atender a todos e a todas nos serviços básicos e emergenciais. A seguir podemos observar algumas estatísticas da Subprefeitura de São Mateus, sobretudo dando destaque ao Distrito de São Rafael onde está localizado o Km 28, objeto da pesquisa.

Subprefeituras	Distritos	Área (km ²)	População (1996)	População (2000)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
São Mateus	Iguatemi	19,60	80,350	101,303	127.662	6.513
	São Rafael	13,00	108,074	124,731	155.140	11.934
	São Mateus	13,20	153,377	154,839	143.992	10.908

	TOTAL	45,80	341,761	380,873	426.764	9,319
--	--------------	--------------	----------------	----------------	----------------	--------------

Cabe destacar o alto índice de desigualdade, se considerada a taxa média de desemprego entre jovens de 16 a 29 anos, a partir da comparação desse indicador a Subprefeitura do Butantã traz o menor fator de desigualdade do Município de São Paulo, já as Subprefeituras de Itaquera, São Mateus e São Miguel contém os maiores índices de desigualdade (14,64%), conforme tabela abaixo.

Melhores e piores em 2012

↑	Butantã	8,50
	Lapa	8,50
	Pinheiros	8,50
Município de São Paulo		12,91
↓	Itaquera	14,64
	São Mateus	14,64
	São Miguel	14,64

Unidade: porcentagem de jovens desempregados

As metas foram construídas de acordo com as necessidades e a demanda da região do Km 28, conforme indicadores citados anteriormente, uma vez que a grande prioridade destas metas é combater as desigualdades na Cidade de São Paulo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Programa de Metas consta algo para essa região? Em Agosto farão a devolutiva das propostas apresentadas de forma regionalizada. Vejam se o km 28 está contemplado? No site gestão urbana tem o relato da Audiência do Plano Diretor em São Mateus, tem alguma proposta para a região? A partir das discussões e pesquisas realizadas pelo grupo, foi possível indicar algumas propostas para o plano de ações para a comunidade da região do Km 28 da Avenida Sapopemba, partindo de melhorias de serviços e até mesmo a implantação dos serviços que ainda não contemplam a região, tais como: Transporte, Creches, Escolas, UPA, AMA, Conselho Tutelar, Centro de Convivência do Idoso e outros. Peguem os indicadores da relação creche/no. de habitantes, escolas/no. de habitantes, UBS/no. de habitantes etc

A partir dos dados obtidos por meio do Observatório Cidadão, realizado pela Rede Nossa São Paulo em 2012, é possível compreender algumas das principais demandas da região e ressaltar a necessidade da intervenção pública na região. Ao que tange a parte cultural, são inexistentes equipamentos culturais, acervo de livros por habitante, cinemas, pontos de cultura e teatros. Com relação a inclusão digital (Telecentros) e a geração de trabalho e renda, há uma baixa oferta na região. Os indicadores de referência para a educação evidenciam dados alarmantes, a partir da análise de reprovação e distorção idade/ série no ensino médio, a defasagem diante da idade ideal para o curso do período letivo, do índice de desenvolvimento da educação básica na rede pública, entre outros. Há que se destacar ainda, a situação da precariedade junto a política de saúde na região, que somatiza números insuficientes de leitos hospitalares por habitante, alta mortalidade por causas externas ou mal definidas, e um grande índice de adolescentes grávidas. O único CCA Colmeia – Centro para crianças e Adolescentes da região do Km 28, estende seu atendimento aos bairros: Jardim Santo André, 3ª Divisão, Jardim da Conquista, Alto Alegre, Recanto Verde do Sol e Jardim Limoeiro, esse recurso tem capacidade para 120 atendimentos diários, porém a demanda é significativamente superior, ultrapassando muito os números previstos, daí a necessidade urgente de políticas públicas de atendimentos a esta população do Km 28 tão esquecida e sofrida.

A seguir são destacados os equipamentos mais próximos a essa região:

UBS RECANTO VERDE SOL

Rede:

Telefone: 2134-3271 / 2734-3271

R. PEDRO RAMAZZANI, 3, IGUATEMI, 08381-800, SÃO PAULO, SP

CRAS SÃO MATEUS

Rede: **Municipal**

Telefone: 2012-4500

Rua Claudio Augusto Fernandes, 180 / 182, São Mateus , São Paulo, SP

PA SÃO MATEUS II

Rede:

Telefone: 2919-6018

R. MAESTRO JOÃO BALAN, 88 - CIDADE SÃO MATEUS - São Paulo - SP

AMA ESPECIALIDADES JD TIETE II

Rede: **Municipal**

Telefone: 2919-5248

R. AUGUSTO FERREIRA RAMOS, 9- JD TIETE - São Paulo - SP

[O que tem no site da prefeitura e da sub sob essa região?](#)

[Aparece algo nos dados da Rede Nossa São Paulo](#)

[Relatem as conquistas da comunidade através das mobilizações.](#)

No calor das realizações dos sonhos, as mulheres almejavam novas conquistas, pois não estavam contentes com o descaso do poder público, pois elas lutavam pela construção de uma creche e que até hoje o objetivo não foi alcançado, assim como outros equipamentos do serviço público que não chegaram à região. O trabalho continua exaustivo, existe o desanimo e o desejo passageiro, de desistir, porém a união, a fé em Deus e o desejo de melhorar, de construir uma vida melhor para todos sempre falou mais alto, e se mostra evidente a partir do contato com as lideranças.

O objetivo hoje é construir cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, valorizando a família como base para a vida, respeitando-a como comunidade, as diferenças e buscando qualidade de vida para todos. Conhecer e vivenciar as oportunidades oferecidas de forma lúdica, dinâmica, onde o respeito à vida e à família sejam o mais importante.

É uma longa história de vida por sinal muito bonita, de muita luta garra, força e união. Precisamos focar um olhar mais voltado para a fragilidade dessa população, tão carente de assistência do poder público. E não perder as esperanças, continuar lutando para dar a estas pessoas mais dignidade e respeito para garantir os seus direitos constitucionais.

Metas prioritárias para o Km 28 da Av. Sapopemba

- esses distrito/região tem um nome? é conhecido mais por Km 28?

é possível ser um pouco mais específico, direto uma? creche, uma UBS? uma escola? tantas linhas de ônibus?....

CONCLUSÃO

Hoje ainda é um bairro com alto grau de vulnerabilidade social sem oportunidade, pois no km 28 não existem escolas, postos de saúde, área de lazer, o transporte é precário com apenas uma linha de perua para atender toda aquela região.

No ano de 1985 agentes da Igreja Católica, realizando trabalhos pastorais junto a população do km 28 da Avenida Sapopemba, preocupados com os sérios problemas de desemprego, moradias precárias e insalubres, desnutrição e mortalidade infantil, buscaram junto ao poder público alternativas de atendimento as suas necessidades. A grande maioria das famílias dedicava-se a coleta e separação de materiais nos lixões existentes ao longo da Avenida Sapopemba.

Antes as pessoas moravam em barracos de madeiras ou de lona, não tinham água, luz e transporte coletivo, a saúde era extremamente precária. As muitas dificuldades eram em todos os sentidos.

Tudo acontece com muita dificuldade, pois os moradores são totalmente desprovidos de bens materiais, e partindo deste pressuposto, a comunidade foi sendo construída através dos próprios moradores e também com a ajuda de voluntários e lideranças de outras comunidades e à medida que os problemas iam surgindo à comunidade unida ia sanando, pois estavam todos em busca de um único objetivo.

Por meio da participação dos atores, a autora Souza (1987) destaca a importância da divisão de tarefas, diante da ausência da hierarquia, faz-se necessário o entendimento de todo o processo pelos envolvidos, sendo necessária, dessa forma, a capacitação e investimento em todos os participantes, considerando, porém, suas habilidades para o pleno desenvolvimento das ações em prol do todo.

A gestão urbana é abordada, a partir de dois pressupostos, pela autora Gohn (2001 apud Santos Jr. et. al, 2004), onde a mesma se refere à organização da sociedade civil diante da conjuntura sociopolítica do país, que em meio à crise do modelo econômico estabelecido, entende entre outras situações, a fragmentação dessa estrutura. E cita as alterações nomenclaturais e concomitantemente no modo de pensar da população, que passa a

denominar participação cidadã e participação social, o que antes era conhecido por participação comunitária e participação popular. Caracterizando o “povo” (senso comum) como cidadão.

Possibilidade de questões a serem tratadas no encerramento:

Demandas atuais e antigas (desemprego/ mortalidade)

Lixão como fonte de renda

Jovens (participação/ ausência de políticas/ índice de violência)

Plano de Metas (entraves para a efetivação das políticas)

Conselho participativo (crítica às audiências públicas/ possibilidade de avanço via controle social)

Herança da teologia da libertação (grupos de base/ cunho religioso/ fé e política/ discípulos de um preso político)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Coloquem os documentos da Igreja citados (DAp DGAE.....)

<http://www.arquidiocesedesaopaulo.org.br/pastoral/plano> acesso em 05/07/2013.

<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/participe>

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.

Subprefeitura de São Mateus

<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/propostas-programa-metas-2013-2016.pdf>

acesso em 04/07/2013

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/legislacao/plano_diretor/index.php acesso em 05/07/13

<http://www.nossasaopaulo.org.br> acesso em -6/07/2013

Colméia, Assistência Social A: Resgate Histórico do CCA Colméia Km 28.

VD- Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini*-Bento XVI

Fonte: <http://www.gazetasaomateus.com.br/historia-do-bairro>

<http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/analises.php?tema=11&indicador=49&ano=2012®iao=0#info>

BAPTISTA, Myrian Veras. *Desenvolvimento da Comunidade* – 3 ed. São Paulo;

Cortez e Moraes, 1979.

BRAVO, Luiz. *Trabalhando com a Comunidade*, Rio de Janeiro; Distrilivros

Editora, 1983.

GUARÁ, Isa M. F R. Redes de Proteção Social na Comunidade: Por uma nova cultura de articulação e cooperação em rede, São Paulo; 2009. Disponível online: <http://www.neca.org.br/files/2%C2%BA%20Enc%20Reg%20-%2001.09.09%20-%20Texto%20Redes%20Isa.pdf>

SANTOS JR., Olavo A. dos; RIBEIRO, Luiz C. de Q.; AZEVEDO, Sérgio de. Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, Fase. 2004.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de Comunidade e participação, São Paulo; Cortez Editora, 1987.

<http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/regioes.php> - Consultado em 25/08/2013 17:30h.



